

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

(do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de audiência pública para debater a estagnação dos processos de demarcação de terras indígenas, com a consequente violação dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Requeiro a realização de audiência pública para debater questões que envolvem morosidade nos processos de demarcação de terras indígenas e violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com a seguinte sugestão de convidados:

- Ministro de Estado dos Direitos Humanos;
- Presidente da Fundação Nacional do Índio;
- Presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos;
- Subprocurador-Geral da República – Chefe da 6ª Câmara;
- Delegado-Geral da Polícia Federal;
- Coordenador-Geral do Proteção aos Defensores de Direitos Humanos;
- Representante do Conselho Indigenista Missionário.

JUSTIFICATIVA

De acordo relatório representante sobre os direitos dos Povos Indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, que esteve em missão no Brasil, são assustadores os dados de ataques contra povos indígenas, tendo o Estado de Mato Grosso do Sul o maior número de morte de indígenas no Brasil.

Comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul, reunidas com a representante acima citada, apresentaram ferimentos de balas em seus corpos e a levaram a lugares onde seus familiares foram mortos, assim como relataram incidentes envolvendo prisões arbitrárias e criminalização de seus líderes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Não menos preocupante, é a situação indigenista no Estado da Bahia, com relatos preocupantes de práticas e prisões arbitrárias, confirmados, inclusive, por cidadãos que trabalham com povos indígenas, confirmando ameaças e intimidação por servidores estatais e privados.

Já o Estado do Maranhão tem sido palco de violentas ações, desencadeando um clima de tensão na zona rural, como se deu em 24 de dezembro de 2017, quando o líder da comunidade Vergel, no município de Codó, senhor Antônio Isídio Pereira da Silva, foi encontrado morto. Um dia antes de seu desaparecimento, Antônio Isídio suscitou a possibilidade de denunciar forte esquema de desmatamento na área da comunidade Vergel, onde “grileiros” e madeireiros ameaçam expulsar os pequenos agricultores e produtores rurais de suas terras. Antônio Isídio vinha denunciando a ação de madeireiros e grileiros nos últimos anos na região, sofrendo ameaças de morte e intimidações por conta disso, o que acabou se consolidando. Poucos meses antes, em maio de 2017, foi amplamente noticiado o ataque sofrido pelos indígenas da etnia Gamela, no município de Viana, no Maranhão, cujo ato violento deixou dois indígenas com as mãos decepadas e vários outros com projéteis alojados no corpo, ataque este coordenado por fazendeiros que se intitulam do “Movimento pela Paz”, com a participação de políticos.

Indígenas de todo o país dizem que os programas de proteção aos defensores de direitos humanos, inclusive à líderes indígenas, permanecem inadequados para atender aos povos indígenas, sobretudo pela falta de engajamento de alguns governos estaduais.

O clima de tensão é também alto em razão da ausência da proteção do Estado aos direitos dos indígenas, mormente em casos que envolvem ordens de “despejo”/reintegração de posse, quando resta claro que os indígenas não deixarão suas terras e, se necessário, partirão para um enfrentamento grave, podendo ter como resultados inúmeras mortes, mormente envolvendo os Guarani-Kaiowa e Terenas, no Estado de Mato Grosso do Sul; os Pataxós, no Estado da Bahia; os Arara e Parakanã, no Estado do Pará; os Ka'apor, Estado do Maranhão; e dos Guarani Mbyá e Kaingang, na região sul do Brasil.

É amplamente reclamada uma estagnação dos processos de demarcação de terras indígenas, sobretudo pelo enfraquecimento e redução de pessoal da FUNAI; por falta de vontade política na conclusão de procedimentos de demarcação; falta de treinamento em direitos humanos para servidores públicos que compõem o quadro do Poder Executivo; lentidão do STF em julgar os casos judicializados que envolvem processos de demarcação, etc. A ausência de atuação do Poder Público à tais ameaças desencadeia na auto proteção de suas terras e recursos naturais, colocando vidas de indígenas em risco, como é o caso dos Ka'apor, no Estado do Maranhão, e dos Manoki, no Estado de Mato Grosso, fatos que estão em desacordo com a obrigação do Estado definida na legislação doméstica, na Convenção 169 da OIT, na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e em tratados e jurisprudências regional e internacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Entidades que atuam na defesa e apoio aos povos indígenas citam que recentes cortes de gastos que atingem a Funai impedem que o Estado cumpra seu papel na implementação da política indigenista e na coordenação do processo de demarcação de terras.

Por essas razões, solicito dos nobres pares apoio para realização desta audiência.

Sala das Comissões, em de abril de 2018.

Deputado LUIZ COUTO

PT/PB